



2018/11/29

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL****ATA NÚMERO 32/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezoito, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, Salão Nobre das Reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias, José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido a Senhora Vereadora Ana Maria Silva Xavier Guerra, teve lugar a trigésima segunda reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas dez horas.

Passou-se de imediato à

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR**

Presente a minuta da ata número trinta e um da reunião desta Câmara Municipal de quinze de novembro corrente.

Não tendo sido apresentadas alterações, foi deliberado por unanimidade aprovar a ata número trinta e um da reunião desta Câmara Municipal de quinze de novembro corrente.

Passou-se de seguida ao

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

O **Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias** perguntou se são feitas análises à água das fontes do Concelho.

Em resposta, o **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que a água das fontes não é para consumo humano e como tal não é controlada. No entanto, tem sido feita uma análise anual, verificando-se que a única fonte no concelho cuja água cumpria todos os parâmetros é a fonte da Rua João de Deus, nas fontes irá ser colocada uma placa dizendo "água não controlada" em vez de "água imprópria para consumo humano".

Informou ainda que o Município recebeu no mês de novembro corrente dois galardões: o primeiro denominado "Selo de Qualidade Exemplar para Água Consumo Humano", referente ano 2017, atribuído pela ERSAR, o que significa que de todas as análises feitas, 99,78% tiveram como resultado água segura para consumo humano; o segundo é o galardão "Eco XXI-Municípios Sustentáveis", atribuído pela Associação Bandeira Azul, a receber no dia de hoje em Estarreja.

Foi tomado conhecimento.

O **Senhor Presidente da Câmara** sobre os galardões recebidos pelo Município, disse ter a certeza que são resultado do trabalho deste Executivo, mas também a todos os técnicos do serviço respetivo. Salientou que, neste momento, está a ser uma efetuada uma fiscalização semanal para averiguar da

existência de descargas não autorizadas, para o rio. Se forem detetadas, os nossos técnicos do Município de imediato diligenciam no sentido de acautelar o que é necessário, para salvaguardar esse bem essencial, que é a água.

Concluiu a sua intervenção, convidando os Senhores Vereadores para estarem presentes no concerto solidário, a realizar no próximo domingo, dia 2 de dezembro, no Auditório Municipal.

Foi tomado conhecimento.

Terminado o período de antes da ordem do dia, passou-se de imediato à discussão da seguinte

#### **ORDEM DO DIA**

**PONTO 1** - Pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de um empréstimo a curto prazo, até ao montante de € 400.000,00, no período de vigência do orçamento de 2019, em regime de conta-corrente, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria - Proposta

**PONTO 2** - Informação no cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal de 15.12.2017, sobre os apoios concedidos às Freguesias, no quadro de promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do n° 1 do artigo 25° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12 de setembro - Período de 01.01.2018 a 26.11.2018

**PONTO 3** - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - informação referente ao período de 13.09.2018 a 27.11.2018

**PONTO 4** - 2ª revisão ao orçamento e ao plano de atividades municipais e 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2018 - Proposta

**PONTO 5** - Aquisição de dois prédios rústicos destinados à Zona Ribeirinha de Tarouca (Parcelas n°s 33 e 34) - Despacho do Senhor Presidente da Câmara - ratificação

**PONTO 6** - Aquisição de cinco prédios rústicos destinados à Zona Ribeirinha de Tarouca (Parcelas n°s 14,16 e 19) - proposta

**PONTO 7** - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias - Informação do Senhor Presidente da Câmara

**PONTO 8** - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município - Informação do Senhor Presidente da Câmara

**PONTO 9** - Resumo diário da tesouraria

**PONTO 1** - **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2019, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, APENAS PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA - PROPOSTA**



2018/11/29

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

Presente a proposta do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve:

**"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00, NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2019, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, APENAS PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOUREARIA**

**PROPOSTA**

De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano, podendo a respetiva aprovação ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento (nº2 do artigo 49º e nº2 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 03.09).

O pedido de autorização é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (nº5 do artigo 49º e 2 do artigo 50º).

Em cumprimento das citadas disposições legais foi solicitada a apresentação de propostas a três instituições bancárias, das quais apenas uma respondeu.

Analisada a mesma, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 26 de novembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida,

**proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, **delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, para contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2019, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início do período de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida do spread de 1,10%, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread" e nas demais condições constantes da sua proposta.**

**Cumprimento do limite da dívida total**, previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 02.09: de acordo com o nº1 do artigo 50º do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do exercício económico de

2019 e, por consequência, não gerará aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Junta-se em anexo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Anexos:

a) 1 proposta recebida (Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Beira Douro, CRL); 1 resposta da Caixa Geral de Depósitos e cópia dos ofícios convite enviados a três entidades bancárias;

b) informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;

c) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 27 de novembro de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhada de todos os documentos nela mencionados.

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** informou que a taxa de juro, no ano passado foi de 0,92% e este ano é de 1,10%. Disse ainda que, foram contactadas várias instituições bancárias, mas só a Caixa Agrícola respondeu, apesar de o prazo para apresentação de propostas ter sido prorrogado a pedido do Banco BPI, o qual, afinal, não respondeu.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, para contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2019, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro correspondente à média aritmética simples das taxas Euribor a 6 meses, apurada com a referência ao mês imediatamente anterior ao do início do período de referência, arredondada para a milésima de ponto percentual mais próxima e acrescida do spread de 1,10%, sendo que, em qualquer circunstância, a taxa de juro nominal aplicável nunca será inferior ao "spread" e nas demais condições constantes da sua proposta.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 2 - INFORMAÇÃO NO CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 15.12.2017, SOBRE OS APOIOS CONCEDIDOS ÀS FREGUESIAS, NO QUADRO DE PROMOÇÃO E SALVAGUARDA ARTICULADA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS POPULAÇÕES**

Presente a informação do **Senhor Presidente da Câmara**, que a seguir se transcreve na íntegra:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

**"Informação no cumprimento da deliberação da Assembleia Municipal de 115.12.2017, sobre os apoios concedidos às Freguesias, no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:**

**Período de 01.01.2018 a 26.11.2018**

**❖ Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares**

**1. Total: € 695,53**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão-de-obra e máquinas) para a obra de beneficiação dos tanques públicos, em Arguedeira.

**2. Total: € 8.098,67**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas) para a construção da capela Mortuária de Valverde - Tarouca.

**3. Total: € 125,47**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas) para a manutenção do regadio da Ramada em Valverde.

**❖ Junta de Freguesia da União das Freguesias de Gouviães e Ucanha**

**Total: € 5.833,12**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas), para a beneficiação do edifício destinado à Casa-Memória José Leite Vasconcelos - Ucanha.

**❖ Junta de Freguesia da Freguesia de Mondim da Beira**

**1. Total: € 86,71**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas), para a manutenção da Praia Fluvial de Mondim da Beira;

**2. Total: € 136,66**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas), para a manutenção do regadio da Capela em Mondim de Cima;

**3. Total: € 25,09**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas), para a manutenção do regadio do Farnel em Mondim da beira;

**❖ Junta de Freguesia da Freguesia de Salzedas**

**Total: € 85,79**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas), para a manutenção do regadio do Funchal em Meixedo - Salzedas;

**❖ Junta de Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira**

**Total: € 3.259,78**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas) para a construção da Capela Mortuária de Vila Chã da Beira.



❖ **Junta de Freguesia da S. João de Tarouca**

**1. Total: € 804,13**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas) para a beneficiação da Capela Mortuária de Vilarinho.

**2. Total: € 452,34**

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção, mão de obras e máquinas) para a beneficiação do regadio em Vilarinho.

Tarouca, 26 de novembro de 2018

O Presidente da Câmara,  
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 3 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 13.09.2018 A 27.11.2018**

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve na íntegra:

**"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO**

**INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 13.09.2018 a 27.11.2018**

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 15.12.2017, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2018, junto se anexa a respetiva lista, até 27.11.2018, cujos valores são os seguintes:

Período de 13.09.2018 a 27.11.2018		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2018.01.01
2019	238 697,88 €	1 917 867,57€
2020	65 063,95 €	516 698,64 €
2021	52 037,11 €	373 013,60 €
2022	0,00 €	13 670,13 €
2023	0,00 €	10 648,41 €



2018/11/29

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****CÂMARA MUNICIPAL**

2024	0,00 €	150 722,15 €
Total	<b>798,94 €</b>	<b>2 982 620,50 €</b>

Paços do Município, 27.11.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 4 - 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS E 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2018 - PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS e 1ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA 2018**

**PROPOSTA**

A elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2018 foi efetuada com base nas regras previsionais aplicáveis, no plano dos investimentos a realizar e nos financiamentos a obter.

Não obstante, algumas das candidaturas de projetos aos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020 e a outros apoios da Administração Central ainda aguardam aprovação ou a respetiva contratação teve início em data posterior à prevista, o que determinou a dilação para 2019 da execução dos principais investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano e a não arrecadação da respetiva receita.

Neste contexto, as taxas de execução da receita e da despesa ficarão abaixo do previsto - inviabilizando o cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09 (85% de taxa de execução da receita prevista no orçamento) - impondo-se, por isso, proceder ao ajustamento dos documentos previsionais de 2018 de modo a que as dotações previstas se aproximem o mais possível dos valores efetivamente a realizar.

Por outro lado, verifica-se a necessidade, superveniente à aprovação do orçamento, de criar a seguinte rubrica da receita:

\* 160101 - "Saldo da gerência anterior- Na posse do serviço", aprovado pela Assembleia Municipal em 27.04.2018, para utilização do mesmo, conforme previsto na alínea a) do ponto 8.3.1.4. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 05.04, na sua redação atual.

Assim, **proponho** a V.Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do n°1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n° 1 do artigo 25° do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de **2018**, cujos mapas se anexam:

- \* 2ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 15 040,28 (utilização do saldo da gerência anterior de igual montante) e diminuições no montante de € 2 254 846,28;

- \* 2ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 24 666,90 e diminuições no montante de € 2 264 472,90;

- \* 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação negativa no montante de € 1 888 376,51, no corrente ano, e uma variação positiva no montante de € 558 000,00 no ano de 2019;

- \*2ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta uma variação negativa no montante de € 142 651,27, no corrente ano.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental. (ver anexo)

Paços do Município, 27.11.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

**O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo** disse que a revisão ora proposta serve apenas para dar um sinal de que os órgãos municipais estão empenhados no cumprimento da regra da execução de 85% da receita prevista no orçamento. No entanto, muito provavelmente apenas será atingida a taxa de 70%, o que se deve às seguintes razões principais:

1º um conjunto de projetos que deveriam ter começado no início de dois mil e dezoito, como por exemplo o Parque Ribeirinho de Tarouca, com um impacto relevante e que só agora iniciou;

2º um conjunto importante de projetos, em especial, aqueles que foram candidatados ao POSEUR e que ainda não tiveram decisão.

Salientou ainda o peso da concessão à "Águas do Norte,SA", a quem o Município deve cerca de 2 milhões de euros e que se pretendia regularizar em 2018, mediante a celebração de um acordo, conforme permitido na Lei do Orçamento do Estado em vigor, mas que depende da aprovação de um diploma regulamentar, cuja publicação se aguarda ainda hoje. Disse que ainda há esperança de que tal venha a acontecer, pois recebeu o pedido de contributos da ANMP sobre o projeto de diploma. Contudo se a redação do projeto não for alterada,





**MUNICÍPIO DE TAROUCA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

difícilmente o Município terá condições para assinar o acordo de regularização, uma vez que um dos requisitos previstos é o pagamento de trezentos mil euros, referente à faturação do primeiro semestre do corrente ano. Deste e de outros constrangimentos irá dar conhecimento à ANMP. Concluiu, agradecendo aos funcionários da Secção de Contabilidade pelo trabalho feito, em especial, à sua Coordenadora Técnica, Isalina Pereira, cujo empenho e conhecimento foram fundamentais para a elaboração destes documentos.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que se é para dar um sinal de que o Município tem vontade de cumprir, compreende a apresentação desta proposta. Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de 2018, cujos mapas se encontram em anexo:

- \* 2.ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 15 040,28 (utilização do saldo da gerência anterior de igual montante) e diminuições no montante de € 2 254 846,28;

- \* 2.ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 24 666,90 e diminuições no montante de € 2 264 472,90;

- \* 1.ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta uma variação negativa no montante de € 1 888 376,51, no corrente ano, e uma variação positiva no montante de € 558 000,00 no ano de 2019;

- \* 2.ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta uma variação negativa no montante de € 142 651,27, no corrente ano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 5 - AQUISIÇÃO DE DOIS PRÉDIOS RÚSTICOS DESTINADOS À ZONA RIBEIRINHA DE TAROUCA (PARCELAS N.ºS 33 E 34) - DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA - RATIFICAÇÃO**

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"AQUISIÇÃO DE DOIS PRÉDIOS RÚSTICOS DESTINADOS À ZONA RIBEIRINHA DE TAROUCA (PARCELAS N.ºS 33 E 34)**

**DESPACHO**

Tendo em vista a execução da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca" foram encetados contactos com os proprietários dos terrenos abrangidos e negociada a respetiva aquisição amigável.

Na sequência dessas diligências, foi obtido o acordo dos proprietários de dois prédios rústicos, identificados nas plantas em anexo.

Assim, face à urgência na celebração do contrato promessa de compra e venda dos prédios rústicos a seguir indicados, decido ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 32.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, **comprar a Alcina de Oliveira Ferreira de Azevedo Soares e marido, António Bernardino de Azevedo Soares**, casados sob o regime de comunhão geral de bens, residentes na freguesia de Almacave, concelho de Lamego, pelo preço total de € 8 000 (oito mil euros), os seguintes prédios rústicos, sua propriedade:

**UM-** prédio rústico de terra de cultura e 4 árvores dispersas, sito no lugar de Lameira, localidade de Dálvares, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 1738 m2, que confronta do norte com levada, do sul com limite da freguesia, do nascente com Manuel da Costa e do poente com António de Carvalho, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 1837.º, descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o número 816/20081114 e ali inscrito a seu favor sob a apresentação n.º 3 de 14.11.2008, pelo preço de € 6 080 (seis mil e oitenta euros). Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 33 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca.

**DOIS** - prédio rústico de terra de cultura e 5 sabugueiros, sito no lugar de Lameira, localidade de Dálvares, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 550 m2, que confronta do norte com caminho, do sul com levada, do nascente com Manuel da Costa e do poente com António de Carvalho, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 1817.º, descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o número 815/20081114 e ali inscrito a seu favor sob a apresentação n.º 3 de 14.11.2008, pelo preço de € 1 920 (mil e novecentos e vinte euros). Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 34 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca.

Os prédios rústicos a comprar têm a configuração constante das plantas que se anexam.

Os encargos decorrentes da celebração da escritura de compra e venda serão suportados pelo Município, na qualidade de comprador, conforme previsto na lei civil.

Mais autorizo o pagamento, a título de sinal, da quantia de € 2000, a pagar no momento da celebração do contrato promessa de compra e venda, data em que o Município tomará posse dos prédios para efeitos de construção do Parque Ribeirinho de Tarouca.

À próxima reunião da Câmara Municipal para ratificação.

Paços do Município, 23.11.2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"



Fk 139  
2018/11/29

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

Foi deliberado por unanimidade ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara supratranscrito.

#### **PONTO 6 - AQUISIÇÃO DE TRÊS PRÉDIOS RÚSTICOS DESTINADOS À ZONA RIBEIRINHA DE TAROUCA (PARCELAS N°S 14,16 E 19) -PROPOSTA**

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

**"AQUISIÇÃO DE TRÊS PRÉDIOS RÚSTICOS DESTINADOS À ZONA RIBEIRINHA DE TAROUCA (PARCELAS N°S 14,16 E 19)**

#### **PROPOSTA**

Tendo em vista a execução da empreitada de "Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca" foram encetados contactos com os proprietários dos terrenos abrangidos e negociada a respetiva aquisição amigável.

Na sequencia dessas diligências, foi já obtido o acordo dos proprietários de cinco prédios rústicos, identificados nas plantas em anexo.

Assim proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere no uso da competência que lhe confere a alínea g) do n.º 1 do artigo 32.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12.09, comprar a:

**a) Abel Lopes de Almeida e mulher, Maria Arminda de Almeida Vingadas Lopes**, casados sob o regime de comunhão de adquiridos, residentes em Dálvares, 3610 Tarouca, pelo preço de € 3.962 (três mil e novecentos e sessenta e dois euros) o prédio rústico, sua propriedade, de terra de cultura, sito no lugar de Entre os Rios, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 1132 m<sup>2</sup>, que confronta do norte e do sul com rio, do nascente com Norberto da Costa e do poente com Avelino de Almeida, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6735.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 14 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca.

**b) Marina Elsa Anunciação de Almeida Mendes e marido, Amadeu Mendes Dionísio**, casados sob o regime de comunhão geral, residentes em Dálvares, 3610-013 Dálvares, pelo preço de € 7.924 (sete mil e novecentos e vinte e quatro euros) o prédio rústico, sua propriedade, de terra de cultura, sito no lugar de Entre os Rios, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 2264 m<sup>2</sup>, que confronta do norte e do sul com Rio, do nascente com Abel Lopes Almeida e do poente com Manuel

Pereira dos Santos, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6736.º ( artigo 5873º da antiga freguesia de Tarouca) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o n.º 1578/19970224 e ali inscrito a favor dos vendedores pela apresentação nº8, de 24.02.1997. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 16 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca;

**c) Maria do Céu Carvalho Botelho Cardoso Botica e marido, Armando Cardoso Botica, casados sob o regime de comunhão geral, residentes em Quinta da Boavista, Dálvares, 3610-011 Dálvares, pelo preço de € 2030 (dois mil e trinta euros) o prédio rústico, sua propriedade, de terra de cultura, sito no lugar de Entre os Rios, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 580 m2, que confronta do norte e do sul com Rio e do nascente e poente com Ilídio do Carmo Monteiro Oliveira, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6739.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 19 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca.**

Os prédios rústicos a comprar têm a configuração constante das plantas que se anexam.

Mais proponho que me sejam conferidos poderes para outorgar as respetivas escrituras públicas de compra e venda e de imediato, de modo a permitir tomar posse do prédio, o respetivo contrato promessa de compra e venda.

Por último, proponho que os encargos decorrentes da celebração das escrituras de compra e venda referentes às parcelas nºs 14 e 19 sejam suportados pelo Município, na qualidade de comprador, conforme previsto na lei civil, incluindo os encargos com a celebração, em simultâneo, da escritura de justificação por usucapião, se for indispensável à respetiva outorga, incluindo os documentos necessários à instrução do respetivo processo, conforme acordado com os respetivos proprietários.

Paços do Município, 27.11.2018

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e comprar a:



## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

**a) Abel Lopes de Almeida e mulher, Maria Arminda de Almeida Vingadas Lopes**, casados sob o regime de comunhão de adquiridos, residentes em Dálvares, 3610 Tarouca, pelo preço de € 3.962 (três mil e novecentos e sessenta e dois euros) o prédio rústico, sua propriedade, de terra de cultura, sito no lugar de Entre os Rios, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 1132 m<sup>2</sup>, que confronta do norte e do sul com rio, do nascente com Norberto da Costa e do poente com Avelino de Almeida, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6735.º e omissa na Conservatória do Registo Predial de Tarouca. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 14 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca.

**b) Marina Elsa Anunciação de Almeida Mendes e marido, Amadeu Mendes Dionísio**, casados sob o regime de comunhão geral, residentes em Dálvares, 3610-013 Dálvares, pelo preço de € 7.924 (sete mil e novecentos e vinte e quatro euros) o prédio rústico, sua propriedade, de terra de cultura, sito no lugar de Entre os Rios, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 2264 m<sup>2</sup>, que confronta do norte e do sul com Rio, do nascente com Abel Lopes Almeida e do poente com Manuel Pereira dos Santos, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6736.º (artigo 5873.º da antiga freguesia de Tarouca) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Tarouca sob o n.º 1578/19970224 e ali inscrito a favor dos vendedores pela apresentação n.º 8, de 24.02.1997. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 16 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca;

**c) Maria do Céu Carvalho Botelho Cardoso Botica e marido, Armando Cardoso Botica**, casados sob o regime de comunhão geral, residentes em Quinta da Boavista, Dálvares, 3610-011 Dálvares, pelo preço de € 2030 (dois mil e trinta euros) o prédio rústico, sua propriedade, de terra de cultura, sito no lugar de Entre os Rios, freguesia da União das Freguesias de Tarouca e Dálvares, concelho de Tarouca, com a área de 580 m<sup>2</sup>, que confronta do norte e do sul com Rio e do nascente e poente com Ilídio do Carmo Monteiro Oliveira, inscrito na matriz predial da respetiva freguesia sob o artigo 6739.º e omissa na



Conservatória do Registo Predial de Tarouca. Este prédio corresponde à parcela de terreno identificada sob o n.º 19 da planta de implantação do Parque Ribeirinho de Tarouca.

Os prédios rústicos a comprar têm a configuração constante das plantas que se anexam.

Foi ainda deliberado por unanimidade:

- Conferir poderes para outorgar as respetivas escrituras públicas de compra e venda e de imediato, de modo a permitir tomar posse do prédio, o respetivo contrato promessa de compra e venda;

- Autorizar que os encargos decorrentes da celebração das escrituras de compra e venda referentes às parcelas n.ºs 14 e 19 sejam suportados pelo Município, na qualidade de comprador, conforme previsto na lei civil, incluindo os encargos com a celebração, em simultâneo, da escritura de justificação por usucapião, se for indispensável à respetiva outorga, incluindo os documentos necessários à instrução do respetivo processo, conforme acordado com os respetivos proprietários.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

**PONTO 7 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS - INFORMAÇÃO**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

**"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)**

**Período de 12.11.2018 a 27.11.2018**

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro:

**❖ Freguesia da União das Freguesias de Dálvares e Tarouca**

Total: € 941,50

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a construção da Capela Mortuária de Valverde.

**❖ Freguesia da União das Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira**

Total: € 2.318,67



EL. 141  
2018/11/29

## MUNICÍPIO DE TAROUCA

### CÂMARA MUNICIPAL

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para a Capela Mortuária de Vila Chã da Beira

Tarouca, 27 de novembro de 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

#### **PONTO 8 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSES PARA O MUNICÍPIO - INFORMAÇÃO**

Presente a seguinte informação do Senhor Presidente da Câmara:

**"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)**

**Período de 12.11.2018 a 27.11.2018**

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

**Centro Social e Paroquial de Salzedas**

Total: € 199,70

Finalidade: Apoio em espécie (géneros alimentícios)

- **Sociedade Filarmónica de Salzedas**

Total: €250,00

Finalidade: Apoio em espécie (transporte de autocarro) para as atividades da Banda

- **Associação da Banda Musical de Gouveias**

Total: €250,00

Finalidade: Apoio em espécie (transporte de autocarro) para as atividades da Banda

Tarouca, 27 de novembro 2018

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade ratificar os apoios concedidos.

#### **PONTO 9 - RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**

Presente o resumo diário da tesouraria número duzentos e treze, de vinte e oito de novembro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 65.760,22 (sessenta e cinco mil e setecentos e sessenta euros e vinte e dois cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 271.550,36 (duzentos e setenta e um mil e quinhentos e cinquenta euros e trinta e seis cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião pelas dez horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Luis Maria de Souza Gouveia*,  
Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

